

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

CC CARLOS RAFAEL BARROS DE TOLEDO

O INTERESSE DAS GRANDES POTÊNCIAS NA ÁFRICA DIANTE DA VISÃO
BRASILEIRA:

a presença da China e dos EUA na África Subsaariana – disputa por recursos naturais, novas fronteiras e o impacto geopolítico e econômico para o Brasil.

Rio de Janeiro

2015

CC CARLOS RAFAEL BARROS DE TOLEDO

O INTERESSE DAS GRANDES POTÊNCIAS NA ÁFRICA DIANTE DA VISÃO
BRASILEIRA:

a presença da China e dos EUA na África Subsaariana – disputa por recursos naturais, novas fronteiras e o impacto geopolítico e econômico para o Brasil.

Monografia apresentada à Escola de Guerra Naval,
como requisito parcial para a conclusão do Curso
de Estado-Maior para Oficiais Superiores.

Orientador: CMG (RM1) Marcos A. Nóbrega Rios

Rio de Janeiro

Escola de Guerra Naval

2015

AGRADECIMENTOS

Dando continuidade a mais uma fase da minha carreira, resta-me agradecer à minha querida esposa Paula e nossa filha Sofia, que merecem aqui um agradecimento especial, pela compreensão e paciência durante quase dois anos acadêmicos.

Aos colegas da Turma do Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores de 2015 e da Turma Almirante Ary Parreiras, pela amizade, camaradagem, descontrações e por mais um ano juntos em salas de aula!

RESUMO

Num Sistema Internacional onde predomina o Realismo, os Estados possuem instrumentos para exercer o poder e para buscar a hegemonia sobre os outros Estados. Poder político e poder militar historicamente permearam esse ambiente, sendo complementados pelo poder econômico e a competição econômica, que se transformaram em prolongamentos do conflito. A nova arma do Estado é a maximização desses instrumentos. Uma economia forte, hoje em dia, é sinônimo de poder, poder de influência, poder de barganha e de negociação nos principais organismos internacionais, prevalecendo o Estado hegemônico. Assim, o barril do petróleo, recursos minerais, energéticos, extensões de terras agricultáveis, a economia sólida, o mercado consumidor, dentre outros, também permitem que o Estado exerça o poder. O objetivo deste trabalho é apresentar a importância de se possuir reservas minerais e energéticas, pois o progresso e a crescente demanda por esses recursos, principalmente pelas grandes potências é o assunto do momento. As grandes potências estão cada vez mais se aproximando de Estados detentores de recursos minerais e energéticos em abundância, mas que em muitos casos ainda não possuem tecnologia suficiente ou sistemas para explorá-los. Além da necessidade de recursos e conseqüente troca comercial, que não significa somente a importação de *commodities* e a exportação de manufaturados desses Países de Menor Desenvolvimento Relativo, nesse caso reunidos na África Subsaariana, existe também o recebimento de investimento direto estrangeiro, principalmente em obras de infraestrutura. As grandes potências se valem desse estratagema para disseminar suas influências nos países “parceiros”, exercendo o *soft-power*, podendo-se dizer até de um *smart-power*, significando um maior apoio ou aceitação nos vários organismos reguladores internacionais, como a Organização Mundial do Comércio, a Assembleia Geral da ONU, a Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento, entre outros. Por fim, nesse sentido, serão abordados a China, os Estados Unidos da América e a relação deles com os países da África Subsaariana, e como isso pode afetar as relações do Brasil com esse grupo de países africanos.

Palavras-Chave: Escassez. Recursos energéticos. China. Estados Unidos da América. Brasil. Investimento Direto Estrangeiro. África Subsaariana.

ABSTRACT

In an International System where Realism predominates, states make use of instruments to exert power and to seek hegemony over other states. Political and military powers have always been important actors in this background, complemented by economic power and economic competition, which became extensions of the conflict. The maximization of those instruments is the new State's weapon. Nowadays, a strong economy means power, influence power, bargaining power or even negotiation power in main international organizations, where the hegemonic state prevails. Therefore, oil barrel, mineral resources, energy resources, extensions of agricultural land, a solid economy, the consumer market, etc., also allow states to exert power. This work aims to identify the importance of owning mineral and energy reserves, because the progress and the increasing demand of these resources, mainly by major powers, is the topic of the moment. The major power are increasingly approaching States holding great amounts of mineral and energy resources, and many times with no appropriate technology or systems to explore them. Besides the resources demand and consequent trades, that are not restricted to commodities imports and manufactured exports by the Least-Developed Countries, in this case assembled in Sub-Saharan Africa, there is also the foreign direct investment, especially in infrastructure works. The major power practice such artifice to disseminate their influence in the "partners countries", exerting the soft-power, or even a smart-power, which brings a greater support or acceptance by several international regulatory bodies, such as the World Trade Organization, the United Nations General Assembly, the United Nations Conference on Trade and Development, among others. Lastly, in this sense, it will be addressed China, United States of America and their relations to the Sub-Saharan Africa countries, and how it may affect the relationship between Brazil and those African countries.

Keywords: Scarcity. Energy resources. China. United States of America. Brazil. Foreign Direct Investment. Sub-Saharan Africa.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1 - Evolução do PIB, em pontos percentuais – China, Moçambique, Brasil, EUA e UE – 2005 a 2013 (Apêndice A).....	47
Gráfico 2 - Evolução do PIB, em pontos percentuais – China, África do Sul, Moçambique, Zâmbia e Brasil – 2005 a 2013 (Apêndice B).....	48
Gráfico 3 - Volume de exportações e importações, em bilhões de dólares, entre países da África Subsaariana e Brasil (azul), entre países da África Subsaariana e EUA (verde) e entre países da África Subsaariana e China (vermelho) – 1960 a 2014 (Apêndice C).....	49
Gráfico 4 - Evolução do preço do barril do petróleo – 1960 a 2014 (Apêndice D).....	50
Gráfico 5 - Evolução do preço do cobre (dólares/tonelada) – 1960 a 2014 (Apêndice E)....	51
Gráfico 6 - Evolução do preço do ferro (dólares /tonelada) – 1960 a 2014 (Apêndice F)....	52

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - China: Fluxo de IDE 2004-2010 (Apêndice G).....	53
--	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AGOA -	<i>African Growth and Opportunity Act</i>
ALCSA -	Área de Livre Comércio Sul-Americana
BRICS -	Grupo de países-membros fundadores: Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul
CPLP -	Comunidade de Países de Língua Portuguesa
CSNU -	Conselho de Segurança das Nações Unidas
CTBT -	<i>Comprehensive Nuclear Test Ban</i>
FMI -	Fundo Monetário Internacional
FOCAC -	<i>Forum on China-Africa Cooperation</i>
GATT -	<i>General Agreement on Tariffs and Trade</i>
G8 -	Oito países mais ricos e influentes do mundo (EUA, Japão, Alemanha, Canadá, França, Itália, Reino Unido e Rússia)
IDE -	Investimento Direto Estrangeiro
IIRSA -	Iniciativa para Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana
MCA -	<i>Millennium Challenge Account</i>
MTCR -	<i>Missile Technology Control Regime</i>
PEPFAR -	<i>Unites States President's Emergency Plan for AIDS Relief</i>
PIB -	Produto Interno Bruto
PMDR -	Países de Menor Desenvolvimento Relativo
OEA -	Organização dos Estados Americanos
OECD -	<i>Organisation for Economic Co-operation and Development</i>
OIG -	Organização Internacional Governamental
OMC -	Organização Mundial do Comércio
ONG -	Organização Não Governamental

- ONU - Organização das Nações Unidas
- SOE - *State Owned Enterprises*
- TNP - Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares
- UE - União Europeia
- ZEE - Zonas Econômicas Especiais (China)

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	10
2	REFERENCIAL TEÓRICO.....	12
2.1	O Realismo e as raízes da disputa entre os homens.....	12
2.2	A evolução das Relações Internacionais no Século XX.....	15
3	TRAÇOS DA POLÍTICA EXTERNA DO BRASIL, ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA E CHINA.....	17
3.1	O Brasil: mudanças em sua política externa.....	17
3.2	Traços da política externa Norte-Americana.....	22
3.3	Aspectos da política externa chinesa deflagrados a partir da década de 70.....	23
4	O ÁFRICA SUBSAARIANA E SUA RELAÇÃO COM OS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, CHINA E BRASIL.....	26
4.1	A busca por recursos naturais e as novas fronteiras.....	27
4.2	O que a África Subsaariana significa para os Estados Unidos da América.....	30
4.3	A China e a África Subsaariana.....	33
4.4	Abordagem Brasileira no continente Africano e sua relação com os países da África Subsaariana.....	39
5	CONCLUSÃO.....	42
	REFERÊNCIAS.....	44
	APÊNDICES.....	47

1 INTRODUÇÃO

O século XXI representa a introdução de várias mudanças no comportamento dos Estados e do Sistema Internacional. No aspecto militar, conflitos aconteceram, acontecem e continuarão a resolver ou tentar resolver algumas questões diplomáticas, mas as econômicas são as verdadeiras engrenagem do mundo.

Atento às questões econômicas, disputas de poder e a manutenção da hegemonia norte-americana, esse trabalho tem como objetivo apresentar a crescente demanda por reservas energéticas e de recursos naturais no continente africano, mais especificamente na África Subsaariana. Associada ao aumento da demanda e do interesse das grandes potências mundiais, a China se aproxima com esse objetivo, ou seja, bens primários e recursos energéticos.

A China, na virada do século, ingressa na Organização Mundial do Comércio (OMC) e a se consolida como potência mundial, mesmo que admitindo uma postura de potência regional e que adota as relações Sul-Sul. A China representa um poder mundial como força econômica, pois aumentou consideravelmente a parcela de oferta mundial de manufaturados, considerada como o país que mais cresce no mundo desde a década de 80, fruto da modificação ocorrida desde a Política das Quatro Modernizações.

Nesse contexto, os Estados Unidos da América (EUA) também mantêm sua relação com a África Subsaariana, procurando se aproximar da mesma para acompanhar a expansão chinesa ou contê-la, pois está em jogo a hegemonia mundial, o possível deslocamento do centro do mundo para o eixo leste. Contenção ainda é a pauta e o Realismo ainda é preponderante nas disputas de poder, seja econômico, geoestratégico ou bélico. A crise de 2007 afetou o mundo, mas não o suficiente para a China. Seu crescimento continua a sustentar o crescimento mundial e seu mercado interno foi o diferencial para tal feito e superação.

Constata-se que a expansão chinesa alcançou os países em desenvolvimento, deixando de ser exportador somente para as economias centrais (EUA, UE), ampliando seus investimentos diretos externos e instalando filiais de firmas chinesas nesses países em desenvolvimento.

Essa atitude chinesa não é apenas a busca por países em desenvolvimento e Estados marginalizados pelas economias centrais, mas é, também, uma forma de manter sua influência naqueles que fornecem recursos naturais essenciais, que hoje começam a escassear. Essa relação representa muitos votos nos vários organismos internacionais e que podem beneficiar a China em várias questões.

No segundo capítulo será apresentado o referencial teórico a partir do qual desencadeará conceitos de interesse para o desenvolvimento do trabalho, com foco no Realismo, as disputas entre os homens e uma síntese da evolução das Relações Internacionais do fim do século XX e início do século XXI.

No terceiro capítulo, serão abordados traços das Políticas Externas e as características das mesmas referentes aos Estados Unidos da América, China e Brasil. Nesse ponto, ficará claro a mudança para o multilateralismo com a chegada do século XXI.

No quarto capítulo, além da abordagem da busca por novas fronteiras energéticas e de recursos naturais, serão listadas as principais relações entre duas grandes potências, EUA e China com a África Subsaariana e, finalmente, a abordagem do Brasil para com eles. Desse modo será buscada a correlação entre as duas grandes potências e seus principais interesses na África Subsaariana, suas relações de cooperação, conflito e a disputa pelo poder, pela hegemonia mundial e uma nova estratégia de contenção adotada pelos EUA.

Finalmente serão apresentadas as conclusões da pesquisa e serão indicadas linhas de análise futura.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A procura pelo que ainda não foi explorado, em termos de recursos naturais não é simplesmente o produto de ações individuais dos grandes Estados, mas é algo muito mais sério e calculado por eles. Líderes nacionais e de corporações estão profundamente preocupados com o esgotamento das reservas existentes dos muitos recursos naturais vitais e ações urgentes são necessárias para assegurar o suficiente para que ambos sobrevivam ao progresso e a crescente demanda global. Mais do que preocupados, esses líderes estão dispostos a aplicar quaisquer medidas para que seja garantida, nas próximas décadas, a exploração dessas reservas ou a busca de novas fontes.

2.1 O Realismo e as raízes da disputa entre os homens

Denomina-se contratualismo o Estado como o produto racional das decisões do homem em tentar resolver seus problemas internos, gerados tanto pelos seus instintos antissociais como pelos seus problemas advindos da convivência em sociedade (DIAS, 2011, p.66). Os contratualistas defendiam um estado natural anterior à formação da sociedade e Hobbes (FREUND, 1995, p.27) entendia o estado natural como uma situação de permanente conflito, mais comumente chamado de guerra, nesse caso de todos contra todos.

Assim, o Estado, muito diferente de ser considerado advindo de uma origem natural, tornou-se o estratagema criado com a única finalidade de se obter a segurança individual. A necessidade de segurança fez com que os homens estabelecessem contratos delegando a um soberano a responsabilidade de proteção contra as ameaças existentes ou de uma situação conflitiva. Segundo Hobbes, o cidadão só é livre se o Estado for livre, conduzido pelo soberano que detém a razão perante todos. Essa troca de fidelidade tinha como promessa a paz e a defesa dos membros do Estado (BOBBIT, 2002), mesmo que fosse

necessário o pagamento de dinheiro ou com suas próprias vidas. A paz prometida dependia do êxito na guerra, legitimando o Estado, que por sua vez dependia dos sistemas de armamentos, motivações e bases financeiras para ser bem sucedido. Pressupõe-se que o Estado sobrevivia e se expressava definitivamente pelo seu caráter e sua criação ligado à guerra. Aristóteles define que é possível prevenir o conflito em uma certa situação, porém não é possível descartá-lo ou eliminá-lo absolutamente ou definitivamente, pois o homem viveria em uma sociedade harmoniosa (FREUND, 1995, p.34).

Em sua obra *Leviatã*, Hobbes (2006) explora seus pontos de vista sobre a natureza humana e sobre a necessidade dos governos e das sociedades, definindo que existe um estado natural, onde alguns homens possam ser mais fortes ou mais inteligentes do que outros e nenhum se ergue tão acima dos demais por forma a estar além do medo de que outro homem possa fazer mal. Por isso, cada um de nós tem direito a tudo, e uma vez que todas as coisas são escassas, existe uma constante guerra de todos contra todos. No entanto, os homens têm um desejo, que é também em interesse próprio, de acabar com a guerra, de se protegerem ou de atribuírem a outrem este dever e por isso formam sociedades entrando num contrato social.

De acordo com Hobbes, tal sociedade necessita de uma autoridade à qual todos os membros devem transferir sua liberdade natural, de maneira a que a autoridade possa assegurar a paz interna e a defesa comum de todos, onde os homens só podem viver em paz se concordarem em submeter-se a um poder absoluto e centralizado. Este soberano, deveria ser o *Leviatã*, uma autoridade inquestionável.

A violência está intimamente ligada às sociedades e sua consequência seria o irrompimento por qualquer motivo em forma de rebelião interna ou entre cidades, estados, ou seja, uma violência que poderia ser reprimida mas não suprimida totalmente. A discórdia, dada a variedade de rivalidade entre os diversos tipos de constituição, como monarquias,

aristocracias e democracias, surge da insatisfação do grupo governado perante sua situação vigente, diferente do grupo conformado ou satisfeito com a situação.

Desta feita, o que se demonstrou até o momento é que o Estado e suas relações com outros Estados está imerso em um sistema onde a guerra é o centro de tudo (BONANATI, 2001) em um mundo naturalmente hostil, onde o soberano, pelo contrato social, tem o dever de proteger seus cidadãos e seus limites geográficos, necessitando, ainda, de uma política externa atenta e desconfiada vigilância sobre tudo o que se passa além de suas fronteiras.

E essa tradição dominante do Realismo no pensamento sobre a política internacional remete ao problema central que é o conflito. E, num mundo cada vez mais interdependente, não somente o conflito armado, mas antes dele, as medidas protecionistas de mercado, o poder econômico, a posse de recursos naturais, minerais, território agricultável, o poder e a influência diante de mecanismos internacionais de regulação de mercado, a competição geoeconômica, dentre outros, são considerados instrumentos fundamentais de poder. Fiori (2007) assim apresenta a preocupação dos EUA com a China e seu crescente poder econômico, sua possível busca pela hegemonia regional e que hoje vemos a transcendência dessa regionalização:

Eis aí uma mensagem decisiva da nova doutrina e da última guerra. A tese de Mearsheimer é sobre a China, mas deve ser lida como um novo princípio estratégico universal. Como não é possível a existência de uma verdadeira potência política sem poder econômico, a competição econômica se transformou em uma prolongação da guerra e vice-versa. Nesse sentido, o primeiro ataque preventivo contra potências emergentes e bem-comportadas não deverá ser militar, será econômico, e consistirá na contenção ou bloqueio do seu desenvolvimento (FIORI, 2007, p.192).

A maximização desses novos instrumentos do poder é a nova arma dos Estados e a a minimização da capacidade de outros Estados os possuírem é o objetivo do estado hegemônico. Em seu livro Nye Jr (2009), afirma que certa vez Mao Zedong (1893-1976) disse que o poder sai do cano de uma arma de fogo. Hoje, vemos que não somente o barril de petróleo exerce poder, mas minerais essenciais para a manutenção de uma economia

crescente, metais raros, *rare earth*, grãos, produtos manufaturados, mercado consumidor e relações de trocas comerciais em geral também o exercem.

No item a seguir, veremos as implicações da evolução das Relações Internacionais no século XX e o que elas representaram para o Sistema Internacional atual.

2.2 A evolução das Relações Internacionais no Século XX

O século XX foi palco de grandes guerras e grandes acontecimentos. A Guerra Fria, após a 2ª Guerra Mundial, polarizou o mundo e estabeleceu um equilíbrio do terror, principalmente pela simples ameaça do uso de artefatos nucleares como forma de intimidar. Dois blocos se formaram e junto a esses blocos, suas influências e dominações. De um lado, os EUA e do outro a ex-União Soviética (ex-URSS). Nesse contexto, a contenção à expansão do comunismo era a maior preocupação dos EUA. Junto a esse conceito de contenção estava ligada a intimidação. Essa política estadunidense de contenção referia-se a uma política específica de conter o comunismo da ex-URSS, assim como de tentar promover uma ordem mundial liberal no ponto de vista econômico e político. Tanto a intimidação como a contenção são instrumentos básicos de política externa há séculos. Um exemplo claro é a tentativa dos Estados europeus, durante o século XVIII, em conter a ideologia da Revolução Francesa, liberdade, igualdade e fraternidade. Há diferentes formas de contenção, podendo ser ofensiva, defensiva, de uso militar em sua forma mais pura, que é a guerra, ou pelo poder econômico na forma de sanções comerciais, acordos, pactos e alianças comerciais, mais comumente vista nos dias de hoje e, talvez, mais difícil de ser percebida ou de se atentar para os verdadeiros motivos que levam a esses acordos econômicos. Durante a Guerra Fria, os EUA oscilaram entre uma política expansiva de conter o comunismo e outra política no intuito de conter a ex-URSS, essa última não permitindo que ela se expandisse economicamente (NYE JR, 2009, p.143).

Com o enfraquecimento econômico e político de países europeus após a Segunda Guerra Mundial, ocorreu a descolonização da África como um todo, acentuada a partir dos anos 60, onde países, mesmo com as adversidades e derramamento de sangue, alcançaram sua independência. O fim dos anos 90 trouxeram uma nova realidade para o continente Africano, especialmente para África Subsaariana, quando governos ditatoriais foram substituídos por democráticos. Alguns ainda permaneceram, apesar da faixada democrática, totalitários e ligados a facções dominadoras, mas eram melhor aceitos por outros Estados, agora interessados em expandir seus mercados consumidores, suas fontes de recursos naturais e suas relações de poder.

O avanço tecnológico, a transformação das comunicações e sua velocidade, disponibilidade e acesso mundial quase que irrestrito, antes privilégio de grandes organizações como governos ou corporações transnacionais, encurtando distâncias consideravelmente, possibilitou trazer para as fronteiras comerciais e econômicas Estados separados e distanciados fisicamente, no passado recente. Ainda assim, alguns traços da política internacional permanecem os mesmos ao longo dos tempos, sem mudanças desde Tucídides. Alianças, equilíbrio de poder e algumas escolhas políticas entre a guerra ou pacto permanecem semelhantes ao longo dos milênios. Pode-se afirmar que os primeiros anos do século XXI demonstram uma relação de continuidade e mudança, que caminham juntas, influenciando nas decisões das potências hegemônicas e na tentativa das demais potências emergentes de se afirmarem dentro do Sistema Internacional (NYE JR, 2009, p.2).

A seguir serão apresentados os principais aspectos das políticas externas adotadas pelo Brasil, EUA e China, dando ênfase ao final do século XX e primeiros anos do século XXI, analisando as aproximações com diversos Estados e a busca por novos parceiros.

3 TRAÇOS DA POLÍTICA EXTERNA DO BRASIL, EUA E CHINA

Serão apresentadas as principais mudanças das políticas externas brasileira, estadunidense e chinesa, fazendo apenas um resumo dos fatos e dos principais acontecimentos que nortearam suas posturas e a influência e relevância que as mesmas tomaram no início do século XXI para os países emergentes, os do eixo Sul-Sul e os Países de Menor Desenvolvimento Relativo (PMDR).

Na próxima seção, transcreveremos como se deram as mudanças da política externa brasileira e suas características mais marcantes.

3.1 O Brasil: mudanças em sua política externa

A política externa brasileira veio, ao longo dos anos, sempre buscando uma parceria econômica única, ou com um único bloco, influenciado por suas raízes de colonização (aproximação e dependência do bloco europeu) ou pela conveniência momentânea, que foi o caso dos EUA. Não havia pensado ainda, firmemente, em expandir seus mercados, suas parcerias e diminuir a sua dependência pontual, diversificando suas importações e exportações, talvez como uma proteção para uma economia que se pretende ser grande. E foi a partir do milagre econômico (1968-1973) que o Brasil teve condições de pensar em expansão comercial e busca de novos mercados

Definido como um país de porte médio (ou grande país periférico), atravessou algumas fases durante a evolução de sua política externa, iniciando-se em 1822 com sua independência diante de Portugal. Suas prioridades eram o reconhecimento da independência e a definição de nosso território, com o claro objetivo de manter a unidade nacional. O eixo de nossa diplomacia e de nossa dependência muda de Portugal, a ex-metrópole, para a Grã-Bretanha, potência hegemônica da época, perdurando até a proclamação da República, em

1889. De 1889 até 1960 uma nova etapa de nossas Relações Internacionais se inaugura com a gestão do Barão do Rio Branco (Ministro das Relações Exteriores de 1902 a 1912), cuja mudança correspondeu à adequação da política externa nacional à transformação do quadro de poder mundial com a passagem da hegemonia da Grã-Bretanha para os EUA, procurando esse alinhamento com os EUA, época em que ocorreram os processos de substituição de importações, modernização e urbanização. A partir de 1961 o eixo bilateral Brasil x EUA vai mudar para a multilateralidade e globalização das Relações Internacionais, buscando autonomia, diminuindo a condição periférica tradicional de nossa política, passando a se orientar nos eixos norte-sul e leste-oeste, como mais uma opção de parceria, alterando períodos de cooperação com o de confrontação (PECEQUILO, 2010).

O período do Brasil se afirmando como potência média vai atingir seu maior sucesso na época do regime militar (1964 a 1985). Autonomia tecnológica (nuclear, informática e da indústria de armamento), finalização do processo de substituição de importações, multilateralismo no Sistema Internacional, através de OIG, e novas parcerias serão grandes destaques deste período. Com o fim da Guerra Fria (1989), o início do desmantelamento da ex-URSS e a afirmação das democracias substituindo as recentes ditaduras, principalmente na América Latina e as consequentes transformações do Sistema Internacional, verificou-se um momento de inflexão na política externa do Brasil e da maioria das nações em desenvolvimento com a perda do referencial dos alinhamentos (e não alinhamento) associados às ações de barganha e autonomia do período anterior.

Ao superar a “Década Perdida” e a era Sarney, Fernando Collor de Mello, no período de 1990 a 1992, priorizou o eixo Norte/Vertical da política externa, buscando uma relação privilegiada com os EUA, que priorizavam seus projetos latino-americanos respaldados nas organizações multilaterais como a ONU e nas negociações comerciais no âmbito do Acordo Geral de Comércio e Tarifas (GATT). Um dos símbolos deste período foi a

adesão às prescrições neoliberais do Consenso de Washington¹. O bilateralismo adotado da era Collor suplantava as parcerias globais construídas, colocando em segundo plano as relações com o mundo em desenvolvimento e de menor desenvolvimento relativo, o que leva a uma inflexão negativa na política africana e no Oriente Médio. O Brasil se distanciava de seus parceiros africanos em um momento de crise do continente.

Itamar Franco, no período de 1992 a 1994, amplia o espectro da política externa para as questões ambientais e dos direitos humanos, intencionando uma liderança regional no Cone Sul, retomando a tradição multilateral, investindo em parcerias Sul-Sul com outras potências em desenvolvimento, tendo como marcos importantes a formalização da adesão à Convenção Americana de Direitos Humanos (Pacto de San José) e a Pactos da ONU e da OEA, a realização da Conferência Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento no Rio de Janeiro (ECO-1992), a defesa do desenvolvimento sustentável (Agenda 21) e da Convenção Quadro sobre mudança de clima (que resulta no Protocolo de Kyoto em 1997).

Fernando Henrique Cardoso, no período de 1995 a 2002, priorizou o objetivo de alcançar reconhecimento político com um incremento de participação, em particular na ONU, tendo como base a defesa da reforma do seu Conselho de Segurança e a candidatura brasileira a um assento permanente no CSNU. Sua administração recupera ações para a África que, em 1996, resultam na CPLP. Nas relações com os EUA, embora o país não fosse considerado um “modelo” como eram a Argentina e o Chile, não havia uma baixa significativa na diplomacia como no final dos anos 1980. Mas o eixo vertical predominava sobre o horizontal, privilegiando a tradição bilateral-hemisférica, imprimindo à imagem brasileira um perfil de Primeiro Mundo, tornando-se líder de uma nova geração de líderes latino-americanos comprometidos com a inserção moderna de suas sociedades, ensejando na participação do

¹ Consenso de Washington foi a forma como ficou popularmente reconhecido um encontro ocorrido em 1989, na capital dos Estados Unidos da América. Nesse encontro, realizou-se uma série de recomendações visando ao desenvolvimento e à ampliação do neoliberalismo nos países da América Latina em torno de três ideias principais: abertura econômica e comercial, aplicação da economia de mercado e controle fiscal macroeconômico.

Brasil na criação da OMC, no encerramento da Rodada Uruguai do GATT, adesão ao *Missile Technology Control Regime* (MTCR). Anteriormente, o país já havia ratificado o Tratado de Tlatelolco (1994) e seus compromissos com o *Comprehensive Nuclear Test Ban* (CTBT), deixando clara sua opção pela paz e uma América Latina e sistema internacional livre de armas nucleares. Ratificou, também, em 1998 o Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares (TNP) em 1998. Mesmo diante dos esforços brasileiros deste período, os resultados foram poucos. No eixo horizontal, incentivou contatos com países continentais como Rússia, China e Índia, com foco na cooperação científico-tecnológica. No âmbito multilateral, promoveu a criação da IIRSA (Integração da Infraestrutura Regional Sul Americana), com inspiração na ALCSA (Área de Livre Comércio Sul-Americana) e que visava o fortalecimento do Mercosul a luz da profunda crise de alguns de seus membros como a Argentina. O endurecimento da política de Clinton, que levou ao Plano Colômbia², e a ascensão de Bush Filho ao poder, somados aos atentados de 11 de setembro de 2001, levaram a um período de relativo distanciamento norte-americano, no fim dos anos 90 e início do século XXI.

Lula, no período de 2003 a 2010, completa o ciclo da recuperação da autonomia nacional e da soberania utilizando-se da diplomacia dos eixos Norte/Sul, reforçando os componentes assertivos e de alto perfil da ação internacional do país, fortalecendo antigas parcerias e renovando o equilíbrio entre as dimensões vertical e horizontal da política externa. O eixo horizontal é representado pelas parcerias com as nações emergentes, como Índia, China, África do Sul e a Rússia. Este eixo é composto também pelos Países de Menor Desenvolvimento Relativo (PMDR) da África, Ásia e Oriente Médio. São relações que apresentam tanto simetrias quanto assimetrias no que se refere a seus recursos e posição relativa na ordem mundial, mas que compartilham as demandas sociais, de modernização econômica e reforma democrática das Relações Internacionais. Os benefícios potenciais deste

² O Plano Colômbia é um plano criado pelo governo dos EUA, em 2000, para combater a produção e o tráfico de cocaína na Colômbia e desestruturar as guerrilhas de esquerda, como as FARC, com ajuda financeira e militar dos EUA ao governo colombiano.

eixo são econômicos, estratégicos, sociais e políticos a partir destas identidades e de experiências históricas similares, representando a dimensão terceiro-mundista da política externa, também definida como relações Sul-Sul, mesclando a defesa do multilateralismo e do multipolarismo, objetivando a reforma das OIG como G8, FMI, Banco Mundial e, principalmente, do CSNU (PECEQUILO, 2008).

Assim, vemos que o Brasil encerra a década de 1990 em uma situação político-econômica-diplomática muito diferente do imediato pós-Guerra Fria, com a consolidação e amadurecimento da economia e da política diminuindo o sentido de vulnerabilidade anterior. Neste contexto, observa-se o início da recuperação da tradição global multilateral. Alguns elementos do final do governo Fernando Henrique Cardoso como a integração Sul-Americana ganharam maior destaque e um conteúdo de autonomia, e a política externa passou por um processo de maior afirmação. Lula retomou a tradição multilateral global e o reequilíbrio dos eixos Norte-Sul.

No longo prazo é do interesse brasileiro que países vizinhos e amigos superem a condição do subdesenvolvimento e não sucumbam diante de situações de convulsão sociopolítica ou conflitos armados. Suas parcerias no eixo Sul-Sul, destacando-se os países africanos, representam o potencial de combinação dos eixos vertical e horizontal, pois estes países possuem potencial para formar uma frente unida nas OIG (com força quantitativa pelo número e qualitativa pelo *status*) que levou ao aumento de seu poder de barganha no comércio, empréstimos, dívida externa, transferência de tecnologias, ajuda direta e investimentos.

Na seção a seguir analisaremos, com foco nas relações adotadas pelos EUA, sua política externa, limitando o campo de abordagem e a moldura temporal para o período compreendido entre o final do século XX e início do século XXI.

3.2 Traços da política externa Norte-Americana

Desde os tempos da Guerra Fria os Estados Unidos assumem uma postura de defesa do planeta, mascarando seus interesses econômicos, políticos e bélicos por meio de ações militares, diplomáticas e de cunho social duvidosas, nem sempre bem aceitas pelos principais atores do Sistema Internacional. Esse estudo não versará sobre seu poder bélico, os conflitos travados no século XXI, sua preocupação com o terrorismo, a Guerra contra o Terrorismo e a crise financeira de 2008 (desencadeada pela crise do *subprime*).

Antes mesmo da entrada do século XXI, Kissinger alertava para essa mudança na política externa estadunidense, baseada em sua hegemonia mundial, mas que necessitava rever alguns pontos, pois estava cada vez mais influenciada pela globalização e a rapidez das comunicações. Os EUA careciam de uma revisão em suas relações com a China que desenvolvia a ascensão de um poder no extremo Oriente, pelo reposicionamento da Rússia, pelo afastamento da Europa, além da questão dos países africanos e sua importância como democracias recém-formadas ou ainda em idade juvenil (KISSINGER, 2001). Mas Kissinger não conseguiu imaginar que o mundo seria abalado pelo atentado terrorista de 11 de setembro de 2001, que freou essa mudança nas relações internacionais e da política externa estadunidense. O que se viu em seguida foi uma política externa endurecida pela vontade de Bush Filho e pelo medo comum instaurado, respaldando as ações e o isolamento norte-americano. O segundo mandato de Bush Filho, no período de 2005 a 2008, trouxe mudanças em seu discurso que, por meio de sua Secretária de Estado, Condoleezza Rice, que assumiu o cargo de Collin Powel a partir de janeiro de 2005, priorizou a reconciliação com potências regionais, incluindo os países emergentes. Termos como cooperação e multipolarismo voltaram a ser mencionados nos discursos norte-americanos. O Multilateralismo Assertivo, a Diplomacia Transformacional, a reaproximação com parceiros regionais foram umas das principais medidas adotadas a partir de então (PECEQUILO, 2009).

Obama, a partir de 2009, assume a presidência norte-americana e trata logo de formar um perfil onde sua imagem desconstruía a insularidade e isolacionismo adotados por Bush Filho no que se refere aos conceitos estratégicos da Casa Branca que, em maio de 2010, lançou uma nova Estratégia de Segurança Nacional, conhecida como Doutrina Obama (NSS-2010). De caráter progressista, a NSS-2010, tem como objetivo a construção de um novo Sistema Internacional pelos EUA (definido como “o mundo que desejamos”), baseado nas tendências do século XXI que apontam uma diversidade de ameaças à segurança nacional, incluindo a crise econômica e social interna. Não há preocupação em identificar um único inimigo, ainda que a figura do terrorismo permaneça como relevante, ao lado da proliferação nuclear, que se somam a fenômenos em ascensão como a guerra cibernética. Segurança energética, meio ambiente e direitos humanos (estes secundários na era Bush Filho) são definidos como prioridades.

Por fim, existe o reconhecimento do processo de desconcentração de poder mundial em andamento e a percepção de que os EUA precisam estabelecer relações sólidas com seus parceiros tradicionais (nações da Europa Ocidental e Japão) e com as potências emergentes dos BRICS e demais pivôs regionais (PECEQUILO, 2009).

No item a seguir, vamos evidenciar os principais aspectos da política externa chinesa a partir da década de 70, como forma de compreender sua postura como Economia Socialista de Mercado e sua inserção na economia competitiva mundial, principalmente a partir do século XXI, quando começou a fazer parte da OMC.

3.3 Aspectos da política externa Chinesa deflagrados a partir da década de 70

O regime de Economia Socialista de Mercado foi construído a partir da ascensão do líder Deng Xiaoping (1977/1999) à liderança do país depois de um processo de lutas internas que culminaram com a morte de Mao Zedong em 1976. Tais lutas tinham como

anteriores o rompimento Sino-Soviético da década de 1950 e da Revolução Cultural de 1966. Também estava sendo colocada em questão a aliança com os EUA estabelecida por Mao em 1969, e fortalecida nos primeiros anos da década de 1970, que havia promovido a reinserção da China no sistema das relações internacionais como potência.

Deng conseguiu imprimir um caminho de modernização à China que permaneceu estável até 1989 com o protesto da praça Tiananmen (da Paz Celestial). Um dos marcos deste processo é a Política das Quatro Modernizações, adotada a partir de 1978, que consistia numa estratégia de desenvolvimento de longo prazo, abarcando quatro esferas a modernizar: indústria, agricultura, forças armadas e ciência e tecnologia. Essas reformas visavam a abertura externa seletiva do país através da criação de áreas específicas para a captação de capital e tecnologia estrangeiras e a instalação de empresas transnacionais, as Zonas Econômicas Especiais (ZEE). Em resumo, a Política das Quatro Modernizações priorizava reformas nos setores da indústria, agricultura, defesa e cultura, visando reintegrar a China aos principais fluxos da economia mundial e quanto à agenda internacional, essa política permitiu a superação do isolamento do período pós-revolucionário e da tendência a não relevar as lutas de classes em escala global, redefinindo sua identidade e agendas chinesas. A partir de 1999 caracteriza-se na China o início de uma nova fase da política interna e externa em termos de desenvolvimento e projetos de autonomia, que permitiram um salto qualitativo concreto do país na primeira década do século XXI.

A China buscou, no final do século XX, a retomada de sua posição como potência, fazendo uso das lições do passado, afastando-se do viés de insularidade e isolamento, preservando a proteção e o afastamento do que considera, como imprescindível, um dos principais riscos à sobrevivência como Estado: a interferência e ingerência de poderes externos.

Assim, a partir do sucesso das Quatro Modernizações, o fim da Guerra Fria e a superação dos movimentos de protestos que culminaram no evento da praça da Paz Celestial, a política externa chinesa consolidou uma atuação de alto perfil, adaptando seu discurso e agenda às novas realidades e tendências do poder mundial. A China priorizou o discurso da paz e do desenvolvimento, acompanhada de um viés mais assertivo, assumindo sua identidade chinesa como potência e Estado do Terceiro Mundo, possibilitando ao país a consolidação da cooperação Sul-Sul, a defesa do multilateralismo e do multipolarismo, a demanda pela reforma do Sistema Internacional e a elevação de seu poder diante do eixo Norte, traduzida, basicamente, em duas linhas de ação: a relação bilateral com os EUA e uma nova ênfase nos intercâmbios Sul-Sul (PECEQUILO, 2009). Mas o que se evidencia é que a China se sobressai como uma potência econômica mundial, influenciando mercados e ditando a voga do fluxo econômico pelo mundo.

Mais importante que qualquer análise em separado, percebemos que os EUA, a China e o Brasil buscam, a partir do século XXI, a ampliação de seus mercados, seja para exercer influência sobre países de menor importância mundial ou para satisfazer suas necessidades internas de consumo. Percebemos que existe uma necessidade em se firmar como *global traders* e que a multilateralidade e busca por parceiros novos ou reafirmação junto a antigas parcerias dominam a agenda das duas grandes potências em evidência. O Brasil atua de forma a manter seus interesses regionais e uma possível ampliação internacional de sua influência, mas ainda muito tímida e insipiente. As transformações ocorridas até a posição atual de cada Estado apresentado foram importantes para compreender o realismo implícito das relações internacionais e política externa da China e dos EUA.

No capítulo seguinte será analisado o que cada grande potência estudada busca na África Subsaariana e a implicação da escassez de recursos naturais e energéticos nas relações entre esses Estados.

4 A AFRICA SUBSAARIANA E SUA RELAÇÃO COM OS EUA, CHINA E BRASIL

Em 2 de agosto de 2007, um mini robô submarino russo fincou uma réplica da bandeira russa no solo marinho do Polo Norte, a aproximadamente 4600 metros de profundidade. Grande exploradores fincaram suas bandeiras quando alcançavam o sucesso em suas expedições, como as do Polo Sul e do topo do Monte Everest. Nesse caso, Artur Chilingarov, líder da expedição russa, o fez como a primeira equipe a alcançar o solo marinho no Polo Norte. Fora os riscos da missão, a sua finalidade era levantar dados geológicos que concluíssem que as características geológicas do leito do fundo do mar do Polo Norte nessa região, conhecido como *Lomonosov Ridge*, fosse realmente uma extensão ou prolongamento da parte terrestre da Rússia, o que lhe conferiria certa soberania para exploração e exploração de recursos minerais, tal como acontece com a extensão da plataforma continental brasileira. Mesmo sem uma conclusão sobre a extensão do domínio russo, Moscou insiste, ainda hoje, que a cadeia de montanhas submarinas, conhecida como *Lomonosov Ridge*, fazem parte de seus domínios e que utilizarão a força, se necessário, para proteger seus interesses na região, alterando até o seu programa de treinamento de combate para unidades posicionadas estrategicamente no Ártico. Outro exemplo é a questão do derretimento da calota polar do Ártico e a crescente demanda de navegação na região, uma vez que as rotas marítimas que utilizam o Ártico estão cada vez mais utilizáveis, analogamente à diminuição da dificuldade em estabelecer instalações *offshore* para extração de petróleo e gás natural. Esta corrida e assim por dizer, disputa, não ocorre somente no Ártico. A necessidade de expandir as fronteiras energéticas ou de exploração de minerais é cada vez mais latente, em virtude da exaustão das atuais fontes de recursos espalhados pelo mundo. Terras até pouco tempo atrás reconhecidas como arriscadas geograficamente, geologicamente e politicamente tornaram-se mais atrativas e viáveis para exploração, quer por manobras políticas e diplomáticas ou pela simples presença militar de grandes Estados. Essa procura é um grande passo dos Estados que

mais demandam por recursos e eles já começaram a olhar para essas fontes alternativas, diante da atual situação em que suas reservas se encontram, encarando um possível esgotamento de suas “minas”, buscando mais e mais recursos essenciais destes lugares até então considerados inviáveis política e economicamente. A preocupação apresentada por Fiori (2007), onde os EUA buscam o crescente poder econômico e a China ainda assim almeja por uma hegemonia regional, inicialmente, representam a disputa entre Estados e como não é possível a existência de uma verdadeira potência política sem poder econômico, a competição econômica se transformou em uma prolongação da guerra e vice-versa, onde cada Estado tentará a minimização da capacidade de outros Estados em utilizar esse poder, no objetivo de alcançar a hegemonia. Desses grandes Estados, serão abordadas a China e os EUA e seus interesses na África Subsaariana.

4.1 A busca por recursos naturais e as novas fronteiras

A disponibilidade de energia e suprimentos minerais são essenciais para sobrevivência política e militar das grandes potências. Nenhum Estado consegue manter um poderio militar robusto sem uma vasta gama de sistemas de armas, desde navios de guerra a aeronaves de interceptação e ataque, abastecidos por petróleo (combustível fóssil). Hoje, os EUA consomem, em um dia de operação de guerra ou manutenção da paz, o total de combustível consumido por dia, pela Suécia (KLARE, 2012). Qualquer Estado que desejar projetar seu poder militar além de suas fronteiras deverá possuir reservas substanciais de petróleo para manter seu esforço. Além disso, Estados que buscam manter sua capacidade de produção de armamento devem possuir reservas de aço, cobalto, níquel, titânio e outras variedades de metais. Do mesmo modo, qualquer Estado que desejar entrar para o “*nuclear club*”, quer por razões políticas ou militares, deverá possuir reservas confiáveis de urânio. De acordo com o Serviço Geológico Britânico e sua publicação anual intitulada “World Mineral

Production 2009-2013”, a África do Sul, junto com Niger, Namíbia e Malawi representam 18% da produção mundial de urânio, fazendo parte de um pequeno grupo de 18 países produtores. O continente africano também possui reservas e expressiva produção, dando ênfase aos países componentes da África Subsaariana, de: ferro, manganês, cromita, níquel, cobre, chumbo, vanádium, zinco, estanho, prata, ouro, bauxita, carvão, enxofre, nióbio e berílio. Em complemento, alguns metais considerados estratégicos no mundo de hoje e que se encontram em produção no solo africano: cobalto, antimônio, magnésio, tântalo e o já mencionado manganês. Indo mais além, hoje, a China é a líder mundial de mercado e produção (96% da produção mundial) dos “*rare earth*”, metais de terras raras ou somente terras raras (*cerium, dysprosium, erbium, europium, gadolinium, holmium, lanthanum, lutetium, neodymium, praseodymium, promethium, samarium, scandium, terbium, thulium, ytterbium e yttrium*), mas acredita-se, sem constatação ainda, que a África seria uma potencial fonte ainda inexplorada, segundo alguns geólogos. Klare (2012), especifica algumas utilidades para esses metais raros, como produção de semicondutores, ligas de alumínio, lasers, fibras óticas, motores híbridos e baterias elétricas, polidores de lentes superpotentes, componentes eletrônicos em geral, partes de aeronaves, raio-x, etc.

Num primeiro momento, pode-se até pensar em tentar substituir tais fontes de recursos, desenvolver novas formas de energia, combustíveis, ligas metálicas, dentre outras medidas. Esses esforços ainda levarão tempo para amadurecer e o que se tem é a busca por fontes alternativas ou métodos alternativos para geração de energia, como o biocombustível, que põe em risco a produção local de alimentos, podendo interferir na oferta de alimentos no mundo, claramente não desejado. Uma alternativa que demonstra a dificuldade desse processo de tentativa de substituição é a produção de energia por meio de células de combustível de hidrogênio, que demandam grandes quantidades de platina, outro mineral raro, usado como catalisador neste processo. Carros híbridos usam baterias, e estas necessitam de *litium*, outro

exemplo de mineral raro. Assim, o desenvolvimento dessas novas tecnologias poderá, por conseguinte, incrementar a corrida por tais recursos e a exploração de novas fronteiras energéticas e de minerais. Diante dessas circunstâncias, grandes potências industriais, governos e megacorporações adotaram planos ambiciosos para explorar áreas não cartografadas; para insistir em solicitações legais sobre territórios disputados; para adquirir direitos de exploração e exploração em áreas promissoras quanto a recursos naturais, fora de seus territórios; para introduzir novas tecnologias para extração/exploração em ambiente extremamente perigoso; e para desenvolver forças militares capazes de operar nessas áreas perigosas. Não é raro ouvir que a China investe bilhões de dólares em campos e operações *offshore* de petróleo em outros países, pois os seus já não são suficientes para sua crescente e contínua demanda.

Esses planos e acordos que envolvem os grandes e mais poderosos atores estatais retratam a preocupação dos Estados no esgotamento de suas reservas vitais e que não medirão esforços para o obter suficientes recursos para sobreviver, incluindo qualquer tipo de medida, econômica, política, militar, tecnológica, para buscar novas fontes de recursos naturais essenciais para as próximas décadas (KLARE, 2012).

Na próxima seção serão descritos os interesses dos EUA na África Subsaariana e a necessidade em se manter antigas parcerias por meio de cooperação internacional historicamente evidenciada pela ajuda humanitária, ou pela manutenção dos interesses em segurança energética para os EUA.

4.2 O que a África Subsaariana significa para os Estados Unidos da América

No fim dos anos 90, mantinha-se a percepção estadunidense sobre o continente africano e, principalmente, sobre os países da África Subsaariana, distinguindo-os, basicamente em África do Sul e Nigéria, reconhecidos pela política externa norte-americana,

segundo Kissinger (2001), como Estados bem estabelecidos, com seus problemas internos parcialmente resolvidos e a convivência de vários grupos étnicos superada. Nesse momento, havia um paradoxo entre o desafio, que seria grande, a ser superado e qualquer tipo de política externa estadunidense para tal, o que seria uma ilusão. Com o fim da Guerra Fria e com o colapso da ex-URSS não haveria uma ameaça externa aos países africanos e esse era o pensamento da época. Mas o que se configurou foi a ameaça interna, conflitos internos em vários Estados e a diferença entre vários regimes, ficando os EUA com ação limitada e pouca influência nessas questões, talvez por opção própria e por falta de interesses econômicos reais nesses Estados.

Kissinger (2001) menciona que a necessidade de uma política global, econômica e de programas sociais era visível à época, e que poderia ser levada a cabo por Estados industrializados, ONG, instituições governamentais e do setor privado, servindo até como um teste de habilidade dos países-membros da ONU. Kissinger recomendava um programa conjunto, com os EUA liderando junto a outros estados industrializados e democráticos, moldando uma nova abordagem relativa a assistência, ao desenvolvimento e o treinamento técnico dos Estados africanos, na tentativa de sobrepujar o legado histórico de sua descolonização e a formação de Estados corruptos, além daqueles que se inspiraram no modelo socialista dos anos 70. Esperava-se alcançar a posição de Estados que conseguiram fazer o dever de casa, como Moçambique, Gana e Senegal que, ao fim dos anos 90, estavam fazendo bom progresso em suas economias internas, mobilizando capital doméstico e oferecendo ótimas oportunidades para investidores estrangeiros. Kissinger (2001) recomendava que os Estados africanos que estavam no rumo certo deveriam ter subsídios na área comercial, como a diminuição de barreiras comerciais para produtos agrícolas e o perdão de dívidas do passado, e com o amadurecimento dessas relações, a comercialização livre entre Estados poderia ser alcançada, ao mesmo tempo que a seriedade desses governos fosse

testada. Nesse caso, pairava uma névoa de incerteza no rumo tomado e na fragilidade de Estados africanos em manter acordos bilaterais de comércio. A política externa norte-americana para com os Estados africanos muda no fim dos anos 90 e a variedade e a pluralidade do continente africano inibia qualquer tipo de ação e, em sua definição, Kissinger atribuiu ao Idealismo Wilsoniano o comportamento estadunidense até aquele momento, mas o Realismo foi que definiu o entendimento dos problemas subjacentes ao continente africano e que, sem a moral e comprometimento do povo estadunidense e da comunidade internacional, a tragédia africana se tornaria em um exasperado desastre daquela época.

Nesse ponto, é claro e perceptível que a segurança energética para os Estados Unidos é de importância estratégica fundamental e a sua garantia revela-se um componente crítico da política externa dos Estados Unidos em todo o mundo e, mais particularmente, na África Subsaariana. Empresas como ExxonMobil, Chevron-Texaco e Anadarko, gigantes da extração de petróleo estão presentes em países como Madagascar, Niger, Congo, São Tomé e Príncipe, Chade, Camarões, Angola, África do Sul, Costa do Marfim, Quênia, Gabão, Gana, Moçambique e Nigéria (*ANNUAL ENERGY OUTLOOK 2015*).

Assim, percebeu-se, no início do século XXI, (LAKE e WHITMAN, 2006) que a África passou de importância humanitária para importância estratégica para os Estados Unidos. A ênfase, de longa data, sobre o interesse humanitário, já não servia para os africanos, de uma forma geral, nem para os norte-americanos. Uma política internacional para desenvolvimento dos países africanos tornou-se tão importante quanto a histórica ajuda humanitária e a necessidade de expandir as bases do desenvolvimento norte-americano, aí incluindo os países africanos como grandes exportadores de matéria-prima e recursos naturais. Tal política abrangente deveria colocar a África diretamente nos objetivos políticos globais dos EUA, integrando a África mais plenamente na economia global, tornando-a um parceiro ativo dos EUA, assegurando um provisionamento seguro e fiável de energia para o

mercado mundial, combatendo o terrorismo, reduzindo os conflitos, controlando doenças pandêmicas, e ampliando a comunidade mundial de democracias. Seu padrão de atuação no Sistema Internacional integra a África Subsaariana mais plenamente na economia global, “ajudando” vários Estados a superarem conflitos internos, fortalecendo-os contra o extremismo e o terrorismo, possibilitando a melhor utilização dos recursos de petróleo, gás e outros recursos naturais contribuindo para a paz, crescimento e estabilidade. Mesmo assim, a política dos EUA não respondeu às implicações da intensificação da atividade da China na África, associada a outros países asiáticos. Esta atividade pode ter consequências não só para o acesso aos recursos naturais, mas talvez, mais importante ainda, para a prossecução dos objetivos importantes dos EUA de governança e a proteção aos direitos humanos no continente africano.

Assim, a África Subsaariana se tornou mais central para os EUA e para o resto do mundo, distanciando-se da questão puramente humanitária, passando para importante ator no suprimento de energia (petróleo), no combate ao terrorismo e na busca pelo estancamento da AIDS/HIV. Sua importância adquirida a partir do início do século XXI refletiu na disputa de influência entre China, EUA e outras potências, visando as reservas minerais da região.

Na seção seguinte será evidenciado o interesse chinês na África Subsaariana e a sua ligação com a chamada ascensão pacífica e a necessidade de se sobressair como futuro Estado hegemônico regional ou, ainda mais amplo, no âmbito mundial.

4.3 A China e a África Subsaariana

O desenvolvimento de relações internacionais entre a China e a África teve seu crescimento a partir da presença econômica da China no continente, fruto do desenvolvimento da economia interna chinesa observado a partir de suas transformações desde 1978. Essa grande influência e modelo sobre os países africanos levou-os ao desafio de confrontar as

históricas relações com seus parceiros do ocidente, tanto do lado econômico quanto de suas orientações políticas.

A China surge como um líder, um ator relevante para a África Subsaariana, dando o exemplo de expressão proeminente nas relações comerciais internacionais, pondo-a temporariamente no centro da política global. A transformação de sua economia socialista para uma economia baseada no capitalismo (Economia Socialista de Mercado) levou-a ao rápido desenvolvimento durante as três décadas seguintes, em paralelo com a sua nova abordagem para com os países africanos. Segundo Alden (2008), essa grande inserção chinesa na África contribuiu, também, para reestruturação de economias neo-liberais africanas e a privatização de estatais. Mais do que isso, esse aumento do investimento chinês começou praticamente ao mesmo tempo que o ocidente começou a reduzir sua exposição para África, focando, ironicamente, parceiros no leste asiático. Nesse contexto, a China ganhou notoriedade rapidamente, favorecido por essa “porta aberta” deixada pelo ocidente.

Não somente como ferramenta de influência no continente africano, mas também como forma de incomodar os países do ocidente, a China também exerce domínio nos investimentos diretos em países cujos regimes podem se considerar duvidosos, como Sudão³ e Zimbábwe⁴. Essa célere mudança na dinâmica da política externa chinesa nos últimos anos, e aí incluímos a primeira década do século XXI, perante os países da África Subsaariana é reflexo do seu compromisso e sua preocupação, não só na área econômica e de investimentos, mas também na área social. Após o *Beijing Summit* de 2006 (3ª. Conferencia Ministerial do FOCAC), ficou claro que a China havia mudado sua política externa em três diferentes caminhos, movendo-se para além do seu foco inicial, notadamente concentrado em aquisição de recursos naturais, como financiamento de serviços e expansão da atividade relacionada a

³ O Sudão é um país assolado pela pobreza, foi dividido em 2011 (Sudão e Sudão do Sul), os líderes do regime sudanês são, em sua maioria, islâmicos radicais, acusados de patrocinarem crimes étnicos contra humanidade.

⁴ O Zimbábwe é um país que vive um caos econômico e toma atitudes políticas internas criticadas mundialmente, além da reeleição, pela sexta vez, do atual presidente Robert Mugabe.

agricultura, com a intenção de criar ilhas de investimentos em Zonas de Cooperação Econômica em determinados países, projetando e enfatizando, também, o alcance social e comunitário. Como exemplo a China, em 2007, firmou com o Congo um acordo para extração de recursos minerais em torno de US\$ 5 bilhões, o que englobava obras de infraestrutura e desenvolvimento das minas de *Katanga, Ituri e Kivus* e, ao mesmo tempo, a construção de 31 hospitais e 2 universidades.

Hoje, o ocidente inveja a proeminente posição de líder nas trocas comerciais e como produtor global de manufaturados que a China exerce, sendo esses dois pilares de sua política internacional para com os países subsaarianos. Quando os EUA passou de devedor para credor, após 1919, sua história foi marcada e esse ponto de inflexão marcou a redistribuição do poder no contexto do Sistema Internacional da época. Assim como os EUA, a China vê seu *status* alterar para um dos maiores credores mundiais nos últimos anos, dando claros sinais que esse poder está sendo alterado cada vez mais para o Leste. Nesse mesmo sentido, o interesse cada vez menor de países da África Subsaariana em pegar empréstimos com o Banco Mundial e o Banco Europeu de Investimentos, fez com estes condenassem as práticas chinesas referentes aos empréstimos realizados e suas relevâncias, demonstrando claramente o sentimento de marginalização que o ocidente imputa à África.

A China vem conseguindo se impor por meio de uma diplomacia agressiva, generosidade financeira e baixos custos, aliados a vontade desses Estados africanos em substituir seus antigos parceiros comerciais do ocidente. Restou ao ocidente uma estratégia de críticas públicas referentes a parceria um tanto quanto duvidosas entre a China e governos não tão democráticos estabelecidos na África. Reconhecendo essa estratégia ocidental, não se dada por vencida, a China declarou e ainda o faz publicamente, afirmando que a sua ascensão é pacífica e que estimula a relação *win-win* entre Estados, promovendo e estimulando a

percepção de novos mercados como a Ásia Cenral, América Latina e Oriente Médio da mesma forma como vem encarando África Subsaariana.

O comércio entre a China e a África, segundo Alden (2008), de um modo geral, começou a ganhar força em 2000, quando atingiu o valor de US\$ 10.5 bilhões (total entre exportações e importações). Aumentou em 2004 para US\$ 29.5 bilhões, em 2005 foi para US\$ 40 bilhões e antes do fim do primeiro semestre de 2007 alcançou a marca de US\$ 32 bilhões, prometendo mais um recorde de montante comercializado. Projeções davam conta de que até 2010 esse valor chegaria a US\$ 100 bilhões por ano. Nesse contexto, constatou-se que a parcela do total de exportações dos países africanos, para China, aumentou de 1,3 por cento em 1995 para 9,3 por cento em 2004, enquanto decresceu a parcela de exportações para países membros da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). A China se tornou o maior mercado para os países subsaarianos exportadores de *commodities* primárias como Angola, Nigéria, Sudão, Zâmbia e Congo, especialistas em petróleo e minerais, representando 85% das exportações para a China. Acompanhando o crescimento dessas exportações, estão diretamente relacionados os principais produtos como petróleo, minerais, madeira, algodão e produtos agrícolas. Como contrapartida, a China investe principalmente em infraestrutura dos Estados da África Subsaariana.

O Produto Interno Bruto (PIB) dos países africanos cresceu a uma taxa média de 4,2 pontos percentuais por ano, entre 2001 e 2004, comparado a média de 3,3 pontos percentuais entre 1997 e 2000. Nesse mesmo caminho, os países africanos subsaarianos perceberam um aumento de 5,4 pontos percentuais ao ano, entre 2001 e 2004, influenciados pelo significativo aumento dos preços das *commodities* no período. Nesse ponto, é importante ressaltar o ritmo do aumento das relações entre a China e esses países. Alguns exemplos de evolução ao longo dos anos podem ser vistos nos GRAF. 1 e GRAF. 2, constantes dos APÊNDICES A e B. Moçambique, África do Sul e Zâmbia, representando países da África

Subsaariana, vem mantendo a média de crescimento anual do PIB, com destaque para Moçambique e Zâmbia, que pouco sentiram a crise de 2008, acompanhando a evolução do PIB Chinês no mesmo período.

O volume de trocas entre os países da África Subsaariana e a China, EUA e Brasil está exemplificado pelo GRAF. 3, do APÊNDICE C. A China ultrapassou os EUA em volume de trocas comerciais a partir do final da primeira década do século XXI, apontando a influência e a abordagem chinesa no continente africano. Enquanto isso, o volume de trocas com o Brasil permaneceu praticamente estável. Os GRAF. 4, 5 e 6, dos APÊNDICES D, E e F, exemplificam a evolução do preço de algumas *commodities*, o que vem beneficiando a atuação de países africanos subsaarianos junto a mecanismos internacionais, como a OMC.

Ao abordar o Investimento Direto Estrangeiro (IDE) da China na África, percebe-se que as companhias chinesas são maioria, especialmente no caso da África do Sul e outros países como Tanzânia, Gana e Senegal. A diversidade de companhias investindo nesses países inclui desde estatais multibilionárias (*SOE*) a pequenas empresas. Em sua fase inicial, as grandes estatais eram maioria, mas já é observado um aumento em empresas chinesas privadas. Uma das estratégias chinesas é manter a sua influência no continente africano não somente pela troca de produtos, importações de *commodities* e exportações de produtos acabados, mas também em projetos de infraestrutura, como parte de seus investimentos diretos e sua orientação comercial. Companhias chinesas, em um curto espaço de tempo, conseguiram se estabelecer com grandes projetos de infraestrutura local, vasta mão de obra, rapidez na execução e financiamentos a baixo custo. Como exemplo, temos a *China's Roads and Bridges Corporations* que construiu 1200 km de estradas em Angola e está presente em projetos de represas. Outro exemplo de investimento vem por parte da *Huawei Technologies*, que expandiu a rede de telecomunicações em 39 países subsaarianos, mudando radicalmente a sua realidade e dando-lhes a possibilidade de estabelecer comunicações com qualidade e

rapidez com o resto do mundo. Outro grande facilitador de investimento para os países subsaarianos é o *Export-Import Bank of China*, que se tornou em pouco tempo o maior banco exportador de crédito no mundo para os países africanos como Moçambique, que adquiriu um empréstimo de US\$ 2.3 bilhões para construção de represas e projetos de hidrelétricas em seu território. Percebe-se, na TAB. 1 do APÊNDICE G, que o volume médio de IDE da China mantém-se durante a primeira década do século XXI e que os países africanos que mais receberam investimento direto pertencem a África Subsaariana, com exceção da Argélia.

O impacto mundial que a economia da China promove, sua fenomenal taxa de crescimento, principalmente do PIB (mesmo aos dias de hoje), o aumento do apetite por recursos naturais e conseqüente aumento do seu poder político desencadeou uma remodelação da economia mundial, principalmente na primeira década do século XXI, fornecendo competição e oportunidades para a maioria dos países integrantes do OECD e ainda outros países emergentes e em desenvolvimento.

Segundo Alden (2008), a China teve seu percentual de contribuição no crescimento da economia mundial subir de 7,8 pontos percentuais (entre 1980 e 2000) para 23,7 pontos percentuais (entre 2000 e 2007). Essa contribuição ajudou o planeta, como um todo, a permanecer acima de 4% em termos de crescimento mundial, o que ajuda a alavancar economias emergentes e Estados produtores de *commodities*, pela elevação de seus preços que, desde a Segunda Guerra Mundial, encaravam um cenário de diminuição de seus valores, invertendo essa tendência (que não é tão simples como parece, mas que era influenciada pelo avanço tectonológico e na produção de produtos manufaturados). Nesse contexto, vamos abordar o mercado mundial de *commodities* e o apetite chinês por matéria-prima. Seu crescimento anual a taxas elevadas refletem também em crescimento da necessidade de energia e do uso do metal. A média anual de crescimento de demanda energética da China subiu de 1,2 ponto percentual (entre 1996 e 1999) para 6,2 (entre 2000 e 2003) e finalmente

para 14,5 pontos percentuais a partir de 2003. Seu aumento da necessidade de aço bruto aumentou de 1,7 ponto percentual (em 2000) para 25,2 pontos percentuais em 2003, enquanto que a produção dessa mesma matéria-prima cresceu somente 15,7 pontos percentuais, o que demonstra que foi e ainda é necessário buscar fontes de matéria prima, também, fora de seu território. Nesse mesmo período, a China viu suas importações de *commodities* relevantes de países africanos crescerem 1,5 vezes em relação ao total de importações, como a África do Sul com cobalto, cobre e outros metais ferrosos; a Zâmbia com o cobre e petróleo e Moçambique, principalmente carvão e petróleo. Não só esses países como muitos outros africanos dependem da exportação para China, principalmente. Assim, a África Subsaariana, como exportadora de *commodities*, basicamente, vem se tornando cada vez mais dependente da China, como o maior e mais dinâmico mercado mundial, ajudada pelo crescente preço dessas *commodities*, como observado na primeira década do século XXI.

Assim, o que se pode perceber é que a China preza pela sua ascensão pacífica, mas, na verdade, o real motivo é a captação de mercado mundial, capacidade de influenciar cada vez mais um número maior de países, que refletem em votações na ONU, OMC, dentre outros. Essa relação de importador de *commodities* e exportador de produtos manufaturados reflete uma relação de dependência cada vez maior e mais benéfica somente para China, que preza pela sua expansão alicerçada no poder dessas trocas, essenciais para a manutenção de uma economia crescente e no poder que exerce seu mercado consumidor e o de Estados aliados e dependentes economicamente dela.

Todas essas mudanças de política internacional, padrão de aproximação e profunda presença na África Subsaariana refletem na configuração do Sistema Internacional. Essa postura é um desafio aos países do ocidente, que por muitos anos foram predominantes na região, que serviu tanto para Europa quanto para os EUA como importante fonte de recursos energéticos e outros naturais (minerais, principalmente).

Na próxima e última seção deste capítulo citaremos e analisaremos, com foco nos interesses brasileiros na África Subsaariana, a abordagem sistemática e a sua condição histórica em sua constante relação com esses países.

4.4 Abordagem Brasileira no continente Africano e sua relação com os países da África Subsaariana

O fim dos anos 90 trouxe uma nova abordagem brasileira para o continente africano, principalmente para os países da África Subsaariana. Como já mencionado anteriormente e agora, por Pimentel (2000), no final dos anos 90, ainda prevalecia o “custo África” para países que desejassem investir no continente. A instabilidade local gerava um ambiente econômico de reduzida previsibilidade, acumulando infraestrutura deficiente, baixo poder aquisitivo dos mercados africanos (associado, também, ao baixo preço das *commodities*) e a necessidade de superar esses obstáculos, como também a falta de segurança, precariedade do sistema financeiro, saúde, transportes, comunicações e elevados níveis de corrupção. O Banco Mundial apresentava estatísticas que desencorajavam o investimento estrangeiro na região que, até aquela época, representava somente 3% do volume investido em países em desenvolvimento. Do lado brasileiro, as dificuldades enfrentadas pelo empresariado nacional iam desde questões subjetivas, como a desconhecimento mútuo e a sabida preferência africana por empresas europeias e seus produtos (historicamente seus colonizadores e principais “parceiros” comerciais até então) até a falta de transporte direto entre o Brasil e a África, práticas de protecionismo, subsídios e reserva de mercado em detrimento da concorrência brasileira. Havia também: problema da escassez do crédito e seguro relativo a produtos, bens e serviços, exportados para os países africanos; e a interferência direta de Governos, principalmente europeus, em favor de empresas de seus países, que promoviam *trade-offs* e pressionavam politicamente os dirigentes africanos.

Apesar das estatísticas, o fim dos anos 90, a despeito da crise econômica e da década perdida, os fluxos anuais entre Brasil e a África permaneceram constantes, na ordem de US\$ 2 bilhões, como um todo. Era perceptível que o aumento da relação Brasil-África era exequível, uma vez que havia similaridade cultural e familiaridade entre os povos, quer por condições semelhantes de clima e terreno, quer por semelhanças históricas e de lutas. Importante ressaltar que, nessa época, as empresas brasileiras eram vistas com vantagem competitiva, pois seu patamar tecnológico permitia a atuação das mesmas em setores de média complexidade (tão necessário para os países da África Subsaariana), dotados de capacidade indutora, como a formação profissional, construção civil, agricultura e outros. Nesse momento, o Brasil retoma claramente o multilateralismo e a pluralidade comercial. A exemplo do Mercosul e a integração das economias entre os parceiros Sul-Americanos, percebia-se que era possível uma cooperação maior com entidades de porte semelhante na África, gerando um efeito multiplicador nesse relacionamento econômico e comercial. Ressalta-se que o bloco africano representava aproximadamente 3% das relações comerciais brasileiras, que ainda possuíam os EUA, UE, Ásia, Europa Oriental, Oriente Médio e outros menores.

Petrobras e Odebrecht foram as grandes empresas que se internacionalizaram e se instalaram, também, em países africanos antes da virada do milênio. A necessária ação multilateral brasileira e a guinada dada a partir do Governo Lula na primeira década do século XXI criou oportunidades para as empresas brasileiras se instalarem em solo africano, internacionalizando-se e potencializando as relações econômicas e comerciais entre o Brasil e, principalmente, com os países da África Subsaariana.

Segundo Vieitas e Aboim (2013), as principais empresas brasileiras que desenvolveram projetos em países africanos a partir da virada do milênio, são: Petrobras-SA, Vale-SA, Andrade Gutierrez, Engevix, Camargo Correa, Odebrecht, Asperbras, Queiroz

Galvão, Embrapa, Fiocruz dentre outras. As principais atividades desenvolvidas são petróleo e gás, mineração, construção civil, pesquisa e desenvolvimento científico, agricultura e saúde. Mesmo com esse aporte e impressão de grandiosidade, ainda assim é uma relação comercial e econômica em desenvolvimento, que carece de aporte logístico, telecomunicações e transparência em suas relações. O foco dado pelo Brasil nessa relação Sul-Sul permitiu a formação de grupos informais, aproximação de empresas nacionais e vem ajudando a forjar a identidade africana. O Brasil fortifica sua Agenda de Cooperação Internacional na África Subsaariana por meio das empresas acima descritas, dando apoio, também, nas áreas de medicina tropical, agricultura, energia e treinamento profissional. Assim, o Brasil se posicionou como parceiro e, não somente como doador, diferente de outros países, como EUA, Europa e China.

Apesar de ainda modestos, os números do investimento direto, comércio e de empresas brasileiras atuando na África Subsaariana são insuficientes para prevalecermos como importante ator em relações de poder e influência regional na África Subsaariana.

Desta forma, observamos que os movimentos do Brasil ainda são modestos e buscam, praticamente, uma diversificação de mercados, apesar da conotação geopolítica e de interesses em seu entorno estratégico. A aproximação da África Subsaariana representa tão somente a agenda de multilateralidade adotada a partir do governo Lula e uma tentativa de se firmar como grande ator regional, representando uma forte liderança na América do Sul e que transparece uma tentativa de influência além-mar, mas que ainda não deu os resultados esperados.

No capítulo seguinte apresentaremos as conclusões da pesquisa.

5 CONCLUSÃO

Muitos Estados, megacorporações e companhias foram forçadas a procurar em outras áreas por fontes de recursos naturais. Para a maioria deles, ai incluídos China e EUA, isso significa desenvolver tecnologia, impor suas vontades (inclusive pelo uso militar da força) em áreas remotas, de difícil acesso e até mesmo aquelas abandonadas no passado em virtude do cenário violento que as envolvia. A quantidade de minerais que tiveram a sua demanda aumentada como cobalto, níquel, titânio e cobre, principalmente pelos grandes países produtores na Ásia, demandou a busca por novas áreas de exploração, nesse caso nos países da África Subsaariana, como exemplo para este trabalho e, também, nas grandes profundidades dos oceanos. Recentemente a China alcançou a marca de 5.500 metros de profundidade com um submersível, que serviu como teste para exploração mineral em grandes profundidades. Esse teste foi realizado no Oceano Pacífico e a China não hesitará em utilizá-lo em outras localidades, principalmente nos países com quem possui grande relação comercial e de exploração de recursos naturais, onde exerce seu poder de influência e constantes *trade-offs*.

A China percebeu que, com o desenvolvimento de sua economia, não basta apenas manter a mineração em terra, mas o fundo do mar já é uma alternativa que em breve poderá se tornar viável. O que se constata é que as reservas existentes vem encarando um cenário de exaustão, onde mais e mais as fontes de recursos essenciais deverão vir de regiões de risco combinado, político, geológico ou geográfico. Com uma posição cada vez mais importante na economia mundial, a China assume que ainda é um país em desenvolvimento, com diversos desafios a serem superados internamente. Sua expansão na África Subsaariana representa um movimento bastante específico no qual um país em desenvolvimento começa a promover expansões para fora de seu território nacional. A expansão extraterritorial chinesa, nesse sentido, representa de fato um momento chave do desenvolvimento do país, que procura

seguir ampliando sua acumulação interna através da busca por matérias-primas e energia para além de suas fronteiras.

Como observado ao longo deste trabalho, a China aproximou-se de diversos países da África Subsaariana como África do Sul, Zâmbia e Moçambique, imprimindo ritmo nas explorações de recursos naturais, além de investir em projetos de infraestrutura e linhas de financiamento, fortalecendo as relações comerciais bilaterais, claramente demonstrados nos dados referentes aos IDE e importações/exportações China-África. Essa aproximação não se resume à face econômica apenas, mas remete a geopolítica e história da região, onde o perfil diplomático e comercial adotado pela China difere das históricas abordagens ocidentais na África Subsaariana. Foram três décadas de crescimento econômico sustentado, para que a China alcançasse, no começo do século XXI, um patamar no qual os limites a acumulação de capital começassem a imprimir a necessidade de expansão de mercados, principalmente em busca de fontes de matéria-prima, tornando-se o mais importante rival estratégico dos EUA, concorrendo no acesso a recursos escassos.

Da parte dos EUA, é sabido que sua estratégia não priorizava a África Subsaariana, mas o Oriente Médio sim. A maior preocupação sempre foi com a garantia do acesso ao petróleo importado e nesse aspecto, das empresas norte-americanas instaladas em solo Subsaariano. Ao mesmo tempo em que estas empresas precisam de apoio estatal para se manterem ativas e seguras em outros países, servindo aos interesses estadunidenses, elas também enviam seus lucros obtidos no além-mar de volta para seu país de origem, aumentando a receita e o PIB norte-americano. O que se evidenciou é que está em jogo, para os EUA, os interesses econômicos de suas empresas nacionais, sejam estas privadas, estatais ou mistas e o seu envolvimento na competição hegemônica global, sendo a África Subsaariana somente mais um palco desafiante no Sistema Internacional.

No caso do Brasil, os números do investimento direto, comércio e de empresas brasileiras atuando na África Subsaariana indicam ser insuficientes para nos tornar importante ator em relações de poder e influência regional. Observamos que os movimentos do Brasil ainda são modestos e buscam, praticamente, uma diversificação de mercados, no cumprimento da agenda da multipolaridade e uma tentativa de se firmar como grande ator regional Sul-Americano. Na contramão dos interesses brasileiros na África Subsaariana, seu tratamento preferencial não tem sido suficiente para deter o avanço dos chineses nos mercados subsaarianos, onde as multinacionais brasileiras se consideravam bem preparadas para atuar em pé de igualdade com a concorrência internacional, o que não vem ocorrendo.

Como linha futura de pesquisa, sugere-se que dificilmente China e EUA vão eleger a guerra para dirimir suas diferenças na região, prevalecendo a disputa econômica ainda e, a despeito de questões político-militares, como visto acima, as relações produtivas entre China e EUA são antigas e hoje podem ser consideradas estruturais, de difícil mudança em pouco tempo. O grande fluxo de comércio e a presença de empresas de capital de origem americana produzindo na China demonstram as fortes ligações entre os dois países. Por outro lado, a potência estabelecida, os EUA, não vai permitir que a potência emergente, a China, faça o que bem entender e conquiste a hegemonia regional de forma pacífica e sem contestações. Nesse contexto, as recentes veiculações referentes a questão do Mar do Sul da China demonstram o quanto os EUA estão preocupados com essa ascensão pacífica da China . Muito provavelmente assistiremos ainda vários conflitos e crises entre os dois, com os EUA tentando conter a ascensão da China e a China buscando modificar a distribuição de poder atual e o Sistema Internacional a seu favor.

REFERÊNCIAS

- ALDEN, Chris; LARGE, Daniel; OLIVEIRA, Ricardo Soares de. **China returns to Africa: a rising power and a continent embrace**. Londres: Hurtig Publishers, 2008. 382p.
- ANNUAL ENERGY OUTLOOK 2015. Washington DC, Columbia: United States Energy Information Administration. 2015. Disponível em <<https://www.eia.gov/forecasts/aeo>>. Acesso em: 12 de junho de 2015.
- BOBBIT, Philip. **A Guerra e Paz na História Moderna**. Rio de Janeiro: Campus 2002, parte I. 883p.
- BONANATI, Luigi. **A guerra**. São Paulo: Estação Liberdade, 2001. 175p.
- DIAS, Reinaldo. **Ciência Política**. São Paulo: Atlas, 2011. 280 p.
- FIORI, José Luís. **O poder global e a nova geopolítica das nações**. São Paulo: Boitempo, 2007. 262p.
- FOREIGN AFFAIRS. **World Mineral Production and Control**. New York, NY: Council on Foreign Relations, julho de 1933. Disponível em <<https://www.foreignaffairs.com/articles/1933-07-01/world-mineral-production-and-control>>. Acesso em 13 de junho de 2015.
- FRANÇA, Júnia Lessa; VASCONCELLOS, Ana Cristina de. **Manual de Normalização de Publicações Técnico-Científicas**. 8.ed. Belo Horizonte. UFMG, 2007. 255p.
- FREUND, Julien. **Sociología del conflicto**. Madrid: Ediciones Ejército, 1995. 310p.
- HOBBS, Thomas. **Leviatã ou matéria, forma e poder de um estado eclesiástico e civil**. São Paulo: Martin Claret, 2006. 529p.
- INTERNATIONAL MONETARY FUND (IMF). Disponível em <<http://www.imf.org/external/dinex.htm/>>. Acesso em 05 de junho de 2015.
- KISSINGER, Henry. **Does America need a foreign policy?: toward a diplomacy for the 21st century**. New York: Simon & Schuster, 2001. 318p.
- KLARE, Michael T. **The race for what's left: the global scramble for the world's last resources**. New York: Metropolitan Books, 2012. 306p.
- LAKE, Anthony e WHITMAN Christine Tood (2006) - **More than Humanitarianism: A Strategic U.S. Approach toward Africa**. U.S.A: Council on Foreign Relations: Independent Task Force Report nº 56, 2006. ISBN 0-87609-353-5. Disponível em <<http://www.cfr.org/africa-sub-saharan/more-than-humanitarianism/p9302>>. Acesso em 14 de junho de 2015.
- NYE JR, Joseph S. **Cooperação e conflito nas relações internacionais: uma leitura essencial para entender as principais questões da política mundial**. São Paulo: Gente, 2009. 369 p.

_____. **Compreender os conflitos internacionais: uma introdução à teoria da história.** 3. ed. Lisboa: Gravita, 2002. 306p.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. **A Política Externa do Brasil no século XXI: Os Eixos Combinados de Cooperação Vertical e Horizontal.** In: Revista Brasileira de Política Internacional, 51(2), 2008. 18 p.

_____. **Manual do candidato : política internacional.** Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009. 356p.

_____. **Introdução às Relações Internacionais: temas, atores e visões.** 7. ed Petrópolis: Vozes, 2010. 246 p.

PIMENTEL, José Vicente de Sá. **Relações entre o Brasil e a África Subsaariana.** In: Revista Brasileira de Política Internacional, 53(1), 2000. 18 p.

STATISTICAL BULLETIN OF CHINA'S OUTWARD FOREIGN DIRECT INVESTMENT-2010. Ministry of Commerce People's Republic of China, 16 set 2011. Disponível em <<https://images.mofcom.gov.cn/hzs/accessory/201109/1316069658609.pdf>>. Acesso em 05 de junho de 2015.

THE WORLD BANK. Disponível em <<http://www.worldbank.org/>>. Acesso em 05 de junho de 2015.

VIEITAS, Deborah e ABOIM, Isabel. **África: oportunidades para empresas brasileiras.** In: Revista Brasileira de Comércio Exterior, 116, 2013. 14 p.

WORLD MINERAL PRODUCTION 2009-2013. Keyworth, Nottighan: British Geological Survey. 2015. ISBN 978-0-85272-849-9 (website version). Disponível em <<https://www.bgs.ac.uk/mineralsuk/statistics/worldStatistics.html>>. Acesso em: 29 de maio de 2015.

APÊNDICE A

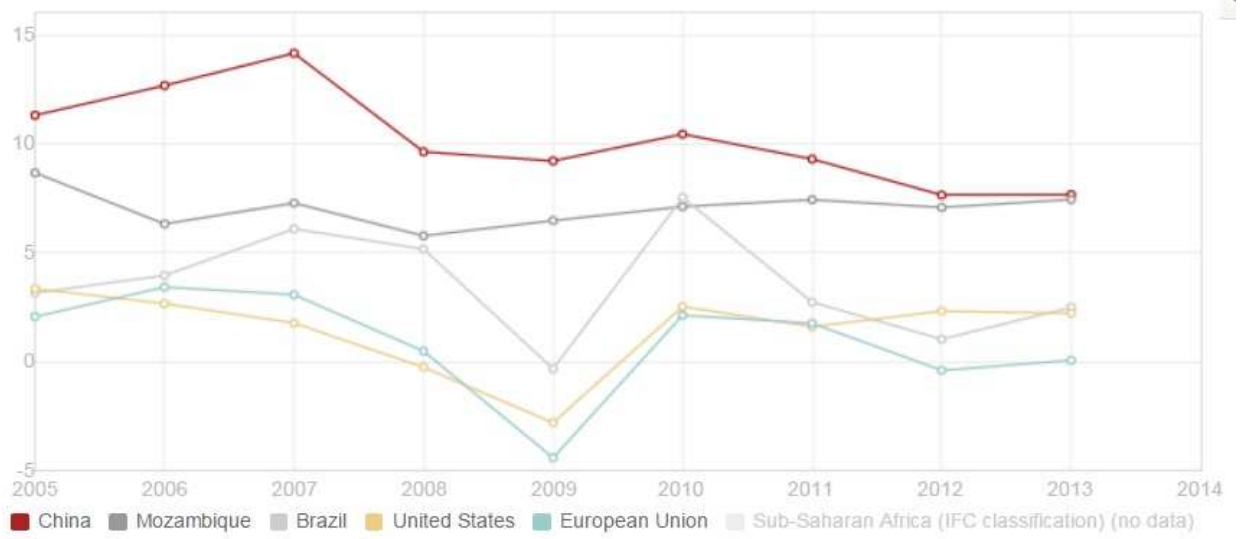


GRÁFICO 1 - Evolução do PIB, em pontos percentuais – China, Moçambique, Brasil, EUA e UE – 2005 a 2013.
Fonte: The World Bank, 2015.

APÊNDICE B

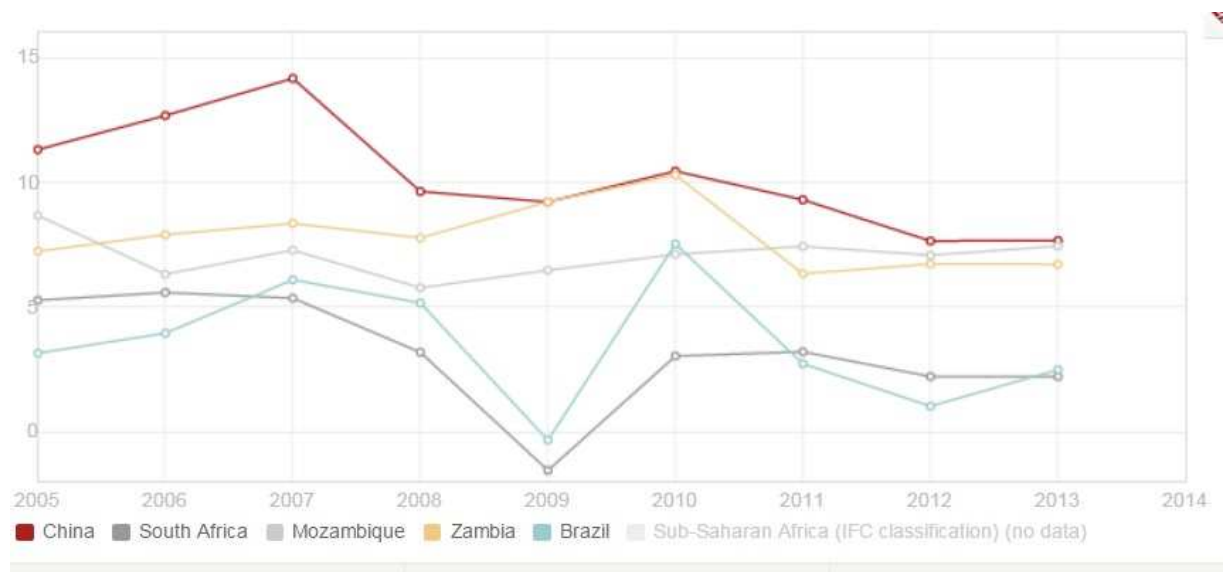


GRÁFICO 2 - Evolução do PIB, em pontos percentuais – China, África do Sul, Moçambique, Zâmbia e Brasil – 2005 a 2013.

Fonte: The World Bank, 2015.

APÊNDICE C

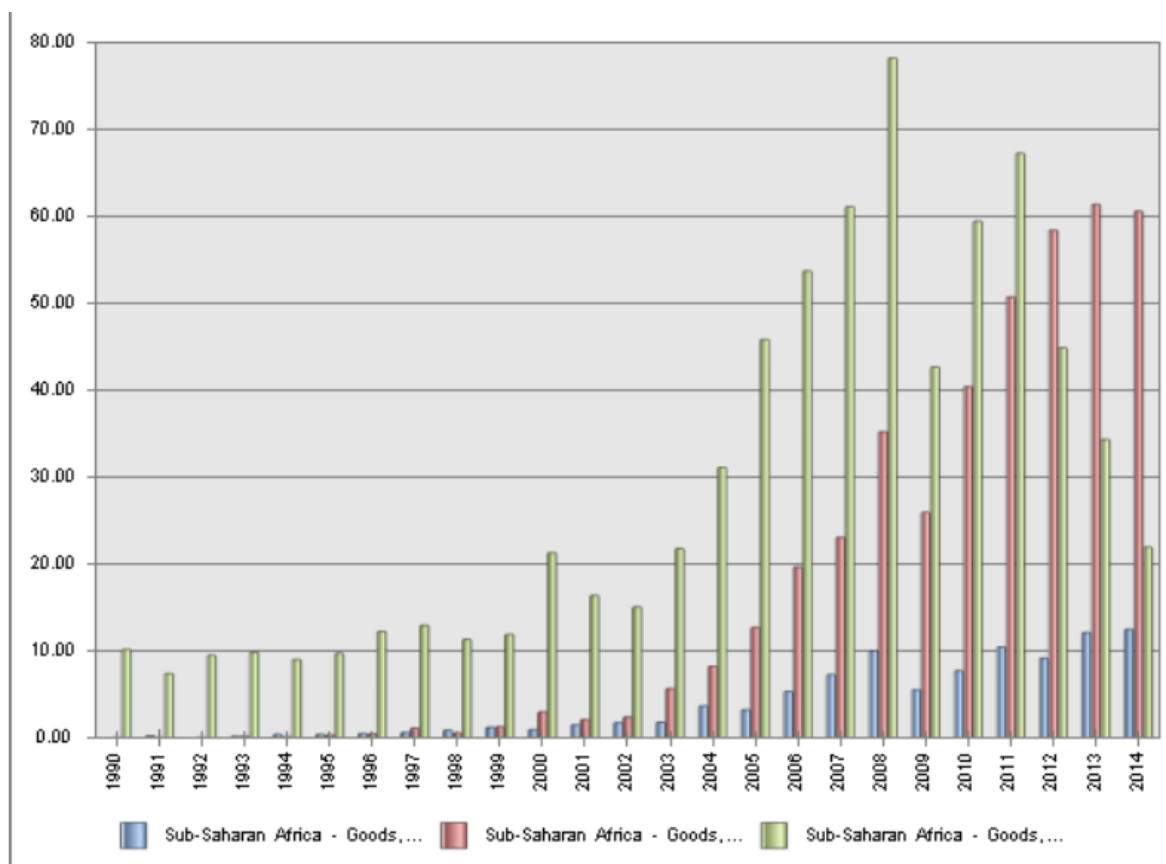


GRÁFICO 3 - Volume de exportações e importações, em bilhões de dólares, entre países da África Subsaariana e Brasil (azul), entre países da África Subsaariana e EUA (verde) e entre países da África Subsaariana e China (vermelho) – 1960 a 2014.

Fonte: International Monetary Fund, 2015.

APÊNDICE D

Petróleo

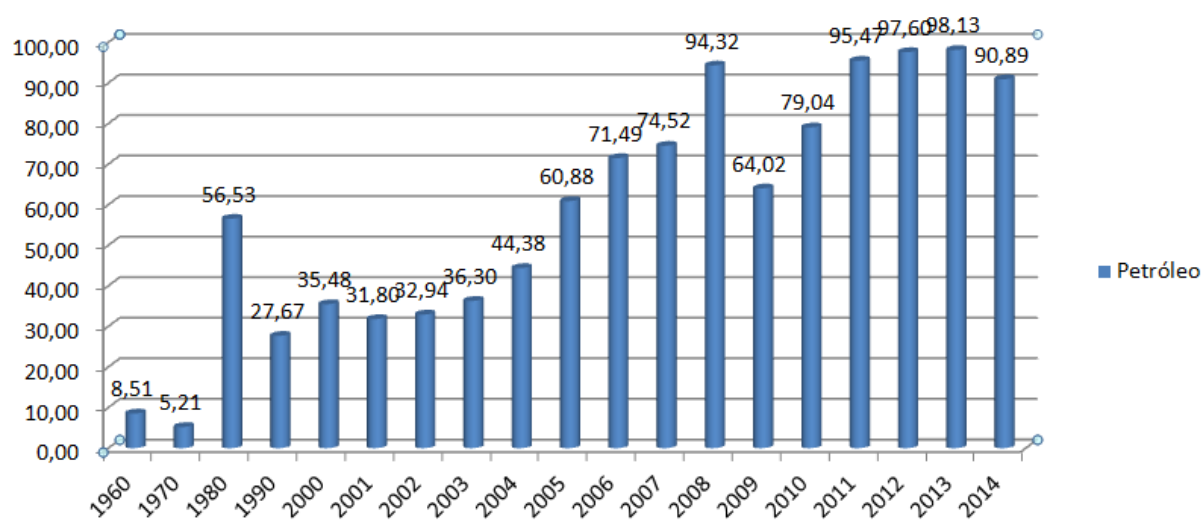


GRÁFICO 4 - Evolução do preço do barril do petróleo – 1960 a 2014.

Fonte: The World Bank, 2015.

APÊNDICE E

Cobre

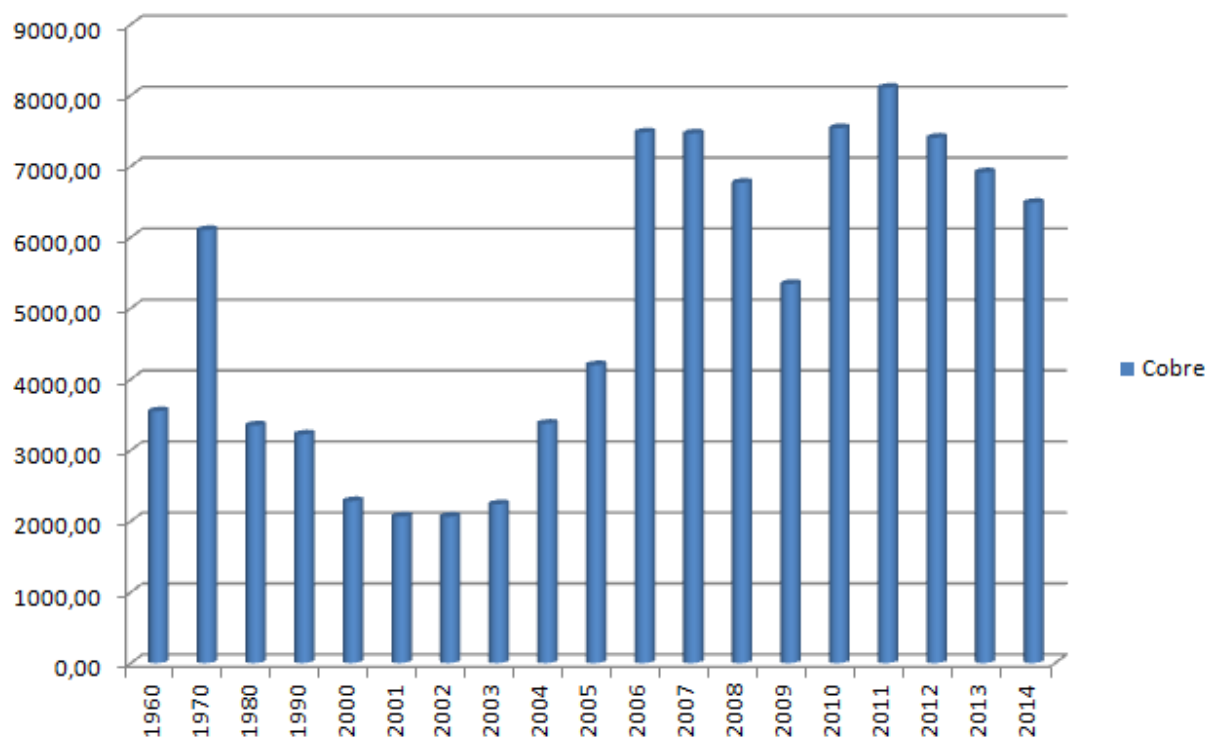


GRÁFICO 5 - Evolução do preço do cobre (dólares / tonelada) – 1960 a 2014.

Fonte: The World Bank, 2015.

APÊNDICE F

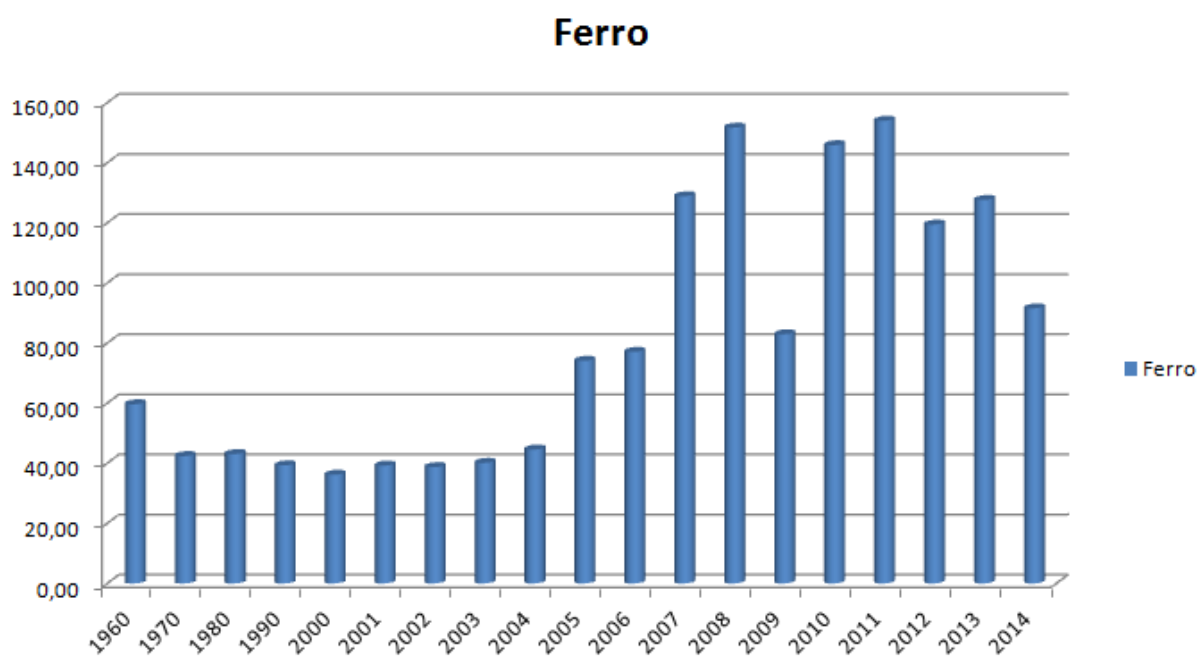


GRÁFICO 6 - Evolução do preço do ferro (dólares / tonelada) – 1960 a 2014.
Fonte: The World Bank, 2015.

APÊNDICE G

TABELA 1

China: Fluxo de IDE 2004 - 2010: total mundial, total no continente africano, total dos 10 países africanos que mais receberam IDE (valor absoluto/milhões de dólares – referência ano de 2010) e participação dos 10 maiores no total africano

Anos	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	Total
Total IDE	5.497,99	12.261,7	17.633,97	26.506,99	55.907,17	56.528,99	68.811,31	243.148,12
China mundo								
Volume África (% do total)	317,43 (5,8%)	391,68 (3,2%)	519,86 (2,9%)	1.574,31 (5,9%)	5.490,55 (9,8%)	1.438,87 (2,5%)	2.111,99 (3,1%)	11.844,69 (4,9%)
Argélia	11,21	84,87	09,93	145,92	42,25	228,76	186	708,94
Angola	0,18	0,47	22,39	41,19	0	8,31	101,11	173,65
Congo DR	11,91	5,07	36,73	57,27	23,99	227,16	236,19	598,32
Quênia	2,68	2,05	0,18	8,90	23,23	28,12	101,22	166,38
Níger	1,53	5,76	7,94	100,83	0	39,87	196,25	352,18
Nigéria	45,52	53,30	67,79	390,85	162,56	171,86	184,89	1076,77
África do Sul	17,81	47,47	40,74	454,41	4807,86	41,59	411,17	5821,05
Zâmbia	2,23	10,09	87,44	119,34	213,97	111,80	75,05	619,92
Botsuana	0,27	3,69	2,76	1,87	14,06	18,44	43,85	84,94
Sudão	146,70	91,13	50,79	65,40	0	19,30	30,96	404,28
% dos 10 maiores no total recebido	75,6%	77,6%	62,8%	88,0%	96,3%	62,2%	74,2%	84,5%

Fonte: Statistical Bulletin of China's Outward Foreign Direct Investment – 2010.